

Goa Portuguesa – Maio de 1962

Regresso dos Cativos



1962 – Janeiro.3

No hemiciclo de São Bento, ladeado pelo PM Salazar, o presidente da CD Mário de Figueiredo lê – em transmissão directa pela RTP e EN –, uma mensagem do chefe do Governo sobre a situação no Estado da Índia Portuguesa, sem contudo se referir à questão da Aliança Luso-Britânica:

– «*Não temos elementos suficientes para fazer ideia de como decorreram as operações terrestres e navais, como se operou a resistência, como se fez a defesa. Oportunamente se apresentará ao País o relato¹ destas operações, e se fará a justiça devida a todos quantos tiveram a honra de ser chamados a bater-se ou a morrer por Goa.*»

¹ (um tal «relato», quer a título oficial como a nível particular, jamais chegou a ser produzido)

1962 – Janeiro.8 (2ªfeira)

Em Lisboa, as redacções dos jornais são informadas pela ANI, de uma relação nominal incompleta (7 militares mortos) das várias baixas portuguesas em Goa, mas a censura suspende a sua publicação.

– «*No dia 10 de Janeiro chegou ao Campo [de Prisioneiros de Navelim, em Goa], a primeira carta vinda de Portugal. O contemplado foi o alferes Júdice Costa. As notícias de sua mãe constituíram um acontecimento deveras importante, partilhado por todos com a maior alegria. Infelizmente, a situação crítica em que nos encontrávamos e a promiscuidade em que se vivia obrigava-nos a uma convivência e uma observação permanente dos actos de cada um. Não existia um local onde nos pudéssemos isolar e éramos assim forçados a participar naquele burburinho constante e saturante. [...] Fomos então alertados para a emissão do programa “Hora da saudade”, difundido pela Emissora Nacional e destinado aos prisioneiros portugueses de Goa. Através desse programa seriam enviadas mensagens lidas pelas nossas famílias. Através de visitas, chegavam-nos às mãos jornais de Goa, de Portugal e da União Indiana. Muitos deles não nos mereciam crédito, pois as notícias expressas faziam uma descarada propaganda indiana ou revelavam, era o caso dos jornais portugueses, um desconhecimento total do que se passara em Goa, difundindo notícias fantasiosas que davam origem às mais variadas elucubrações.*»¹

¹ (Carlos Alexandre de Morais, in “A Queda da Índia Portuguesa”; 2ªed. Estampa, Lisboa 1995; pp.285-297)

1962 – Janeiro.12 (6ªfeira)

No distrito português de Goa, invadido por tropas da União Indiana, durante a noite soldados *shiks* provocam desordens num restaurante de Bogmaló próximo da cidade de Vasco da Gama, assaltam a residência do proprietário e lançam uma granada pela janela, causando a morte a Luzia Rodrigues de 13 anos, e ferimentos em sua mãe.

No dia seguinte aqueles *shiks* dirigem-se a Pangim, onde atacam e violam várias mulheres no Asilo da Obra de Protecção à Mulher, no Convento de Freiras de Santo Aleixo e na Maternidade do dr. Bandari.

1962 – Janeiro.16 (3ªfeira)

Durante a manhã no campo de concentração goês de Navelim, os prisioneiros portugueses são transferidos para o campo de Pondá.

- «Embarcámos em camionetas militares que nos transportaram até junto da ponte de Borim, na margem sul do rio Zuari. Tivemos que realizar a pé o percurso até alcançarmos as embarcações que nos aguardavam para a travessia do rio. Após a travessia, embarcámos em camionetas civis que nos transportaram ao nosso destino – Pondá. Formámos à porta do Campo, e após a contagem cuidadosa dos prisioneiros e a revista às bagagens, entrámos nas novas instalações. Os nossos camaradas acorreram ao arame farpado para nos receberem. Encontrei nesse momento meu irmão [major de cavalaria Francisco José de Moraes, ex-comandante do Agrupamento Centro], o que constituiu para ambos motivo de indescritível alegria. Abraçámo-nos afectuosamente e, desde logo, iniciámos uma longa conversa, sedentos de novidades. [...] Naquele quartel, de configuração muito semelhante ao de Navelim, estivera instalado o Destacamento de Engenharia da Índia. Fiquei alojado num quarto, relativamente pequeno, na companhia de meu irmão, do coronel Paz Olímpio, dos majores Acácio Nunes Tenreiro e Silva Carvalho, e do capitão João Ressurreição. Depois foi o encontro com amigos e camaradas que há muito não víamos e o estabelecer de relações com civis, que foram ao longos dos meses que se seguiram excelentes companheiros. Recordo, entre muitos, o engenheiro Lourival Vilela, meu primo dr. Luís Matias Torres, o jornalista Urbano Carrasco (entre os primeiros civis repatriados), e o prof. Azevedo. No dia da chegada procurei o soldado Manuel Caetano, de quem me haviam falado pela sua odisseia em Angediva. Contou-me as peripécias ocorridas consigo após a invasão da ilha. Entretanto chegava ao nosso conhecimento a fuga de alguns prisioneiros do Campo de Alparqueiros que, infelizmente, acabou por ser mal sucedida. A fuga, marcada inicialmente para 14 de Janeiro, foi adiada para 15 mas só veio a efectuar-se a 16. O grupo que participou na evasão era constituído pelo major António Areias Peixoto (presidente da Junta do Comércio Externo), capitão José Manuel Carvalho Figueira (chefe-de-gabinete do governador-geral), tenente miliciano médico António Correia de Lima, alferes miliciano SAM Luciano Aresta Branco, alferes graduado Castro Lopo, comissário-chefe Vasco Duarte, comissário-chefe José Jorge Teixeira, chefe Manuel Monteiro, primeiro-sargento da Armada José Parreira, primeiro-oficial Emílio Veneno e mecânico José de Sousa. Para a sua execução constituíram-se dois grupos. O primeiro saiu do Campo no carro da água, e o segundo através de uma zona que oferecia boas condições para o efeito. Houve necessidade de anestesiar uma sentinela, e disso se encarregou o dr. Correia de Lima. Os evadidos dirigiram-se para o Cais do Major, onde uma embarcação os transportou, conforme combinado com o seu proprietário e mediante a quantia de quinze mil escudos, para bordo de um navio grego. O comandante deste, também previamente contactado, recebera a importância de trinta mil escudos para os conduzir a porto seguro. Aconteceu, todavia, que o comandante do navio grego, chegado o momento aprazado, negou-se a transportar os nossos compatriotas. Face ao inexplicável contratempo, dirigiram-se para bordo de um navio italiano, que aguardava para breve a partida. Embora bem recebidos pela tripulação que apoiava inteiramente a ideia, o comandante negou-se a facilitar-lhes a fuga e decidiu entregá-los, no dia imediato, ao comandante do porto de Mormugão, oficial da marinha de guerra da União Indiana. A todos foi aplicada a pena de trinta dias de incomunicabilidade, com direito apenas a meia ração diária e a obrigação de andarem descalços. Antes de concluírem o castigo, foram transferidos para o Forte da Aguada onde estiveram no “segredo”, regime em que permaneceram até ao dia 10 de Fevereiro.»¹
- «Manuel Domingues [Pinto, desertor do Exército Português e refugiado no Rio de Janeiro], em nome do Conselho de Representantes da UPEB [União Portuguesa dos Estudantes no Brasil, em 15Jan62] enviou um ofício de felicitações ao Embaixador da Índia [no Brasil, Vincent Coelho], pela possibilidade que o povo goês obteve de escolher [!?] a autodeterminação [!?]. Li a resposta enviada pela Embaixada, a agradecer.»²

¹ (Moraes, pp.291-295); ² (cf relatório secreto de Pedro da Silveira; embaixada de Portugal, Rio de Janeiro 14-20Jan62)

1962 – Janeiro.22

Na Índia Portuguesa, as tropas invasoras da UI prosseguem a transferência de prisioneiros portugueses para o campo de concentração em Pondá.

- «A 22 de Janeiro de 1962, os prisioneiros [da guarnição de Diu, detidos pelas tropas indianas desde 19Dez61 na antiga penitenciária da Fortaleza], embarcaram no cruzador “Nova Delhi” [ex-“Achylles” da Royal Navy britânica] e foram transportados para Goa, onde chegaram no dia imediato. Em Mormugão, passaram para barcas de transporte de minério com destino a Borim, de onde foram conduzidos de camioneta para o campo de prisioneiros de Pondá, ocupando as tendas do exército indiano ali instaladas para o efeito. (Em 30 de Abril foram transferidos para o campo de trânsito de Dabolim, enquanto não embarcaram para Carachi por via aérea, a fim de serem repatriados.)»¹
- «Na manhã do dia 23 de Janeiro, visitou o Campo de Pondá a senhora Lakshmi N. Menon, irmã do ministro da Defesa da Índia, Krishna Menon, que desempenhava o cargo de ministra-adjunta dos Negócios Estrangeiros. [...] Por esta altura já se haviam iniciado as negociações entre os governos português e indiano, estabelecidas através [do embaixador Mário Guimarães] do Brasil em nossa representação, e da República Árabe Unida [Egipto] pelo lado indiano. A Emissora Nacional de Lisboa, na sua emissão das 16:30 horas de 23 de Janeiro, confirmava ter o Governo português aceitado as condições impostas pela União Indiana quanto ao repatriamento, não referindo contudo quaisquer datas para o efeito. O major ‘sikh’ Gespal, comandante do Alfa Detenu’s Camp (Pondá), referira a alguns oficiais portugueses que, dentro de três a quatro semanas iniciar-se-ia a nossa repatriação. Nesse mesmo dia, pelas dez da noite, chegaram ao acampamento, instalado ao lado do nosso Campo, os portugueses da guarnição de Diu, tendo à sua frente o major Fernando de Vasconcelos [veio a falecer em 24Jan75], que havia sido o governador daquele distrito. Ficaram distanciados de nós alguns metros e instalados em barracas de campanha, pelo que só em voz alta podíamos trocar quaisquer palavras, o que não era permitido pelas sentinelas.»²
- «O jornal de Goa, Heraldo, de 24 de Janeiro, informava que o paquete Vera Cruz, arvorando o pavilhão da Cruz Vermelha Internacional, seguiria em breve para Goa a fim de transportar “a pedido do governo indiano” alguns dos portugueses ali detidos, que aguardavam repatriamento. O Heraldo de 24 desse mês anunciava a passagem por Mormugão do navio Sabarmati, recordando ter sido o fogo feito [em 17Nov61] pelos portugueses da Ilha de Angediva, contra aquele navio, que “ateara a chama que finalmente libertara Goa”.»³

¹ (Moraes, pp.274); ² (idem, pp.296/295); ³ (ibidem, pp.297)

1962 – Janeiro.27 (sábado)

Entre os governos de Portugal e da União Indiana, é finalmente estabelecido um acordo, para repatriamento dos cerca de 3 mil prisioneiros militares portugueses.

– «No dia 26 de Janeiro comemorava-se o aniversário da República Indiana. [...] No dia 27 de Janeiro, a Emissora Nacional transmitia uma nota oficiosa (resposta à nota enviada pela União Indiana), em que se pedia a indicação da data e local onde poderiam deslocar-se os nossos navios a fim de recolher os prisioneiros portugueses.»¹

¹ (Morais, pp.297/8)

1962 – Fevereiro.1

Na Índia Portuguesa, agora dominada pelos invasores indianos, os militares portugueses são todos internados em campos de concentração, a fim de aguardar o repatriamento.

– «Em 1 de Fevereiro de 1962, os prisioneiros portugueses que haviam constituído a guarnição de Damão, foram transferidos para Goa. O pessoal viajou a bordo do cruzador Nova Delhi, que chegou na mesma data ao porto de Mormugão, com destino ao campo de prisioneiros de Alparqueiros.»¹

¹ (Morais, pp.236)

1962 – Fevereiro.2 (6ªfeira)

Em Lisboa a EN inaugura a transmissão para Goa, de um programa elaborado pelo EME com a designação «É Portugal que manda»:

– «A finalidade desse programa, assim disseram os seus organizadores, era apoiar moralmente os prisioneiros portugueses, mantendo-os informados e esclarecidos sobre os assuntos do seu interesse. Tal iniciativa chegou tardiamente, deixando-nos por largo tempo no desconhecimento de vários problemas ligados à nossa situação e à dos nossos familiares, nomeadamente aqueles que, radicados na Índia, haviam mandado para Portugal as mulheres e os filhos. Perante catástrofes surgidas pelo mundo, ao longo dos anos Portugal fôra sempre pressuroso em dar o seu apoio. Era pois estranho que, só após mais de um mês, as nossas autoridades tivessem dado sinal de vida. Os primeiros programas elucidaram-nos sobre assuntos do nosso maior interesse. Mas foi sol de pouca dura. A sua designação “É Portugal que manda” era já de uma infelicidade confrangedora. Portugal pouco tinha mandado até essa data, no contexto internacional, mas a partir daí era, pelo menos em Goa, um vencido. Nada mandava, obviamente. Se a palavra “mandar” era empregue na acepção de enviar, não só nunca a compreendemos nesse sentido como, em boa verdade, só nos mandou notícias desconcertantes, que muito nos afectaram. Foi assim que, poucos dias depois do seu início, o referido programa comunicava, embora de maneira confusa que deu lugar às mais variadas interpretações, que os militares presos em Goa, sem as suas comissões concluídas, iriam completá-las noutras províncias ultramarinas. Davam a entender que tal processar-se-ia sem que os militares em causa transitassem sequer pela Metrópole. Claro que esta notícia caiu como uma bomba. Desmoralizou e criou um clima de efervescência.»¹

¹ (Morais, pp.299/300)

1962 – Fevereiro.14

A leste da cidade goesa de Vasco da Gama, o invasor comando militar indiano manda distribuir, a todos os 1800 prisioneiros portugueses do Alfa Detenu's Camp em Pondá, um panfleto intitulado «Goa, o ruir de um mito»:

– «A guerra, ao terminar, como diz Sartre, deixa o homem nu, sem ilusão, entregue às suas próprias forças ciente de que, doravante, só pode contar consigo mesmo. De longe, sei que essa sensação de vazio esmaga neste momento muita gente de Portugal. Com a particularidade de que a guerra foi extraordinariamente breve – pouco mais de 36 horas – e a derrota total teve por cenário um território situado a mais de 10 mil quilómetros de distância. Dobram a finados os sinos das igrejas de Lisboa. Perdeu-se Goa! É o fim de uma era e o início de outra. Mas como o homem está sempre atrasado em relação à História, a maioria da população mostra-se desorientada, incapaz de entender o acontecimento, que representa a libertação de um longo pesadelo. Os jornais, a rádio, a televisão insistem nos temas tradicionais, procuram transformar em imorredoura epopeia a esporádica resistência oposta pela guarnição dos enclaves às forças indianas. Tentativa inútil. Manifestações organizadas vêm para a rua. Mas mais ninguém acredita. O que subsiste é uma angústia funda, um grande cansaço. Pelo facto de ser haver perdido Goa? Não. Essa perda criou um vácuo porque derrubou valores de que a maioria julgava não tomar sequer conhecimento, mas que marcavam dramaticamente a colectividade. Os mitos ruíram, jazem por terra. Mais exactamente, o grande mito. O homem da rua não poderia defini-lo. Para ele, Goa foi sempre e continua a ser uma palavra nebulosa. Mas o mito funcionava independentemente de se acreditar ou não nele. Marcava o camponês, o operário, a prostituta, o comerciante e o burocrata de colarinho branco. Vinha do berço, andava no ar, bebia-se no leite materno. Não era preciso frequentar a escola para se ser envolvido pelos seus tentáculos tênues, invisíveis. Transformara-se em filtro hereditário. Os chamados homens esclarecidos, de boa formação universitária, embora reconhecendo a sua existência e lamentando-a, declaravam-se imunes, supunham-se livres da contaminação. Ingenuidade. Salvo raríssimas excepções, o mito marcava-os com o seu ferrete. Esse o pior dos malefícios do grande mito. Atacava e o doente não se apercebia. Não havia uma consciencialização do mal. E compreende-se porquê. Tudo vinha de muito longe, tudo se tornara confuso e esfumado ao longo dos corredores da História. Descer às raízes passara a ser praticamente impossível. O empregado de escritório, o coronel, o legionário, o advogado, o médico, o engenheiro, o político da oposição, sofriam o mesmo impacto, o mesmo lento processo de desumanização. Podiam rir-se do Gama, de Albuquerque, de Duarte Pacheco, de Camões; podiam mesmo condenar com sinceridade explosiva o ditador que divinizara o mito, estar até dispostos a sacrificar-se na luta contra o mito. Mas nem por isso cada um deixava de conservar em si, quiçá ignorando-os, os germes venenosos do mito; cada um, consciente ou inconscientemente, pensava e agia como se possuísse uma parcela da fria serenidade do Gama, da genialidade de Albuquerque, do heroísmo sobre-humano de Duarte Pacheco e do talento de Camões.

«O ditador foi o grande responsável? Sem dúvida. Fortaleceu o mito. O seu talento negativo para compensar uma tremenda frustração levou às últimas consequências o divórcio entre Portugal e a História. Recriou de maneira insidiosa, eu diria mesmo orweliana, uma visão superada e grotesca do mundo. Mas não lhe cabe toda a culpa. O desastre vinha de trás. O português já era suficiente, já perdera o sentido da verdadeira humildade. Fôra vencido na batalha da adaptação, não acompanhara o movimento dos ponteiros do relógio da história. As glórias desapareceram e com elas os heróis místicos. Mas o orgulho desmesurado permaneceu. Não havia mais lugar nem oportunidade para guerreiros. O amor da paz, do trabalho e da ciência tinha destruído os mitos. Excepto em Portugal. Ali, tudo foi levado na voragem. Ficou apenas a sobrançeria cega, sem o valor de antes, sem humildade. É doloroso dizê-lo, mas necessário. O português foi-se tornando mais e mais suficiente, na medida em que aumentava o seu desajustamento. Especialmente o português instruído, que não corresponde à imagem sorridente e paternalista que o Brasil faz da gente lusa através do emigrante. E é precisamente esse o tipo mais atacado pelo mito. Não é um Quixote e apresenta muitos dos alarmantes sintomas do Quixote, nada tem de Albuquerque, mas exhibe a desmedida arrogância dos Albuquerques. E o português que despreza o Brasil e os brasileiros, o português que pode ser visceralmente anti-salazarista, mas tem a sua própria pessoa num conceito elevadíssimo, o português que fala e procede com a tranquila suficiência dos capitães de Quinhentos.

«Goa perdeu-se! E Goa era o símbolo do grande mito. Em Goa conquistada há 451 anos, onde há 80% de analfabetos e onde apenas 10% da população sabe falar e escrever o português. A 'portuguesíssima' Goa, onde as escolas secundárias de inglês contavam dezassete vezes mais alunos do que as escolas portuguesas. A Goa onde, arauto-mor do grande mito, Salazar manteve durante sete anos um exército de dez mil homens. Sete anos de espera para uma guerra de 36 horas! A Goa de Albuquerque e de São Francisco Xavier, 'lusa' até não mais poder, mas ainda há poucos anos vegetando como colónia, governada pelo Ministro das Colónias, habitada por indígenas assimilados e população de civilização europeia. Sete anos de espera, dez mil soldados, 36 horas de guerra, dezenas de bilhões arrancados ao povo de Portugal e uma humilhação de quatro séculos e meio infligida aos goeses... O grande mito tombou do seu simbólico pedestal. Desapareceu, volatilizou-se em menos de dois dias. Falta o desfecho. Falta aguardar agora o regresso dos soldados, dos homens que ao longo de sete nauseantes, de sete intermináveis anos aprenderam a compreender na quietude das noites tropicais e no convívio de um povo sofredor e escravizado, que Goa jamais foi um pedaço de terra portuguesa. Mas serão – é inevitável – recebidos oficialmente como heróis. Heróis que não foram, que não tentaram sequer ser. Maior será portanto a angústia que os oprimirá. Eles não mais conseguirão libertar-se do horror dos heróis. Nesta hora em que o grande mito se desfez, os oficiais e os soldados do último exército português da Índia têm um papel a desempenhar. Cumpre-lhes contribuir para a tomada de consciência colectiva que reintegrará Portugal no curso da História. Instrumentos de humilhação, tiveram o ensejo de suportar também a dor dos humilhados. Com a perda de Goa, está aberto o caminho para a actualização do homem português.»

1962 – Fevereiro.22

Chega a Goa o eng. Jorge Jardim, vindo de Lisboa com escala em Nova Delhi para tratar com as autoridades da União Indiana, do repatriamento dos portugueses cativos em campos de concentração.

- «O resgate dos militares portugueses prisioneiros revestiu-se de pormenores rocambolescos.¹ Desde a detenção em Lisboa de uma alta personalidade indiana que o acaso levava ao aeroporto da Portela e ficou como refém, até à recuperação por Jardim de alguns retratos dos vice-reis... »²
- «Para referir as diligências que o Governo estava a realizar, relativas ao repatriamento dos prisioneiros portugueses em Goa, vale a pena relatar os factos então ocorridos. Por sugestão do ministro do Ultramar, prof. Adriano Moreira, foi convocado o eng. Jorge Jardim. Posto ao corrente da situação, depressa gizou o plano para repatriamento dos prisioneiros. Após inúmeras e variadas peripécias rocambolescas, realizadas em torno da figura do homem de negócios indiano Kalyanji Bhagvanji Kakoobhai, com residência em Lisboa e também em Moçambique, possuidor de influentes contactos em Nova Delhi, foi este coagido a obter a documentação necessária para a entrada de Jorge Jardim na União Indiana. Para ali partiu credenciado para representar o Ministério do Ultramar, na comissão encarregue de se ocupar do repatriamento dos portugueses. Foi nesta vertiginosa actividade que o eng. Jardim aparece, a 22 de Fevereiro de 1962, no quartel do exército indiano em Pondá, a dois passos do Campo de Prisioneiros onde nos encontrávamos, e consegue que ali seja presente o jornalista Urbano Carrasco. Não só conseguiu a libertação [no dia 23] do jornalista Urbano Carrasco [do Diário Popular]³ e da equipa da RTP, Neves da Costa e Serras Fernandes, com a concordância de Nova Delhi, como a concretização do plano de repatriamento⁴ que depois acompanhou de perto. Por intermédio do primeiro, muitos de nós enviámos mensagens para as nossas famílias.»⁵

¹ (vd Brandão Ferreira, in revista "Mais Alto"; ed. Abr92); ² (Nogueira Pinto, in "O Fim do Estado Novo e [...]"; pp.415);

³ (vd "Recordações e Ecos de Goa", 02Jun62); ⁴ (em 03Ago62 publicado o dec.44492, com as «normas para a administração das despesas extraordinárias provenientes da deslocação para a Metrópole dos indivíduos nacionais que residiam na Índia Portuguesa»);

⁵ (Morais, pp.303/4)

1962 – Fevereiro.24 (sábado)

O semanário indiano *The Current*, em notícia relacionada com o assalto das tropas da União Indiana aos territórios da Índia Portuguesa, refere sobre o distrito de Diu que «só em Passo Covo, tinha havido duzentos mortos». No entanto, aos prisioneiros portugueses os militares indianos haviam afirmado que, sobre aquele mesmo facto, «o número de baixas teria sido de vinte».

1962 – Março.12 (2ªfeira)

Em Nova Delhi, encontra-se a *primeira-dama* norte-americana Jacqueline Bouvier Kennedy, em visita oficial à União Indiana.

– «*Tomando posse de Goa pelo uso da força, [o PM indiano Nehru] impôs-nos sob este ou aquele pretexto um governo militar e uns meses depois, a 12 de Março – porventura para assinalar de forma indelével a visita da esposa do presidente dos EUA à Índia –, apresentava ao Lok Sabha uma proposta de emenda à Constituição em que se declarava Goa, Damão e Diu integrados na União como ‘Union Territories’. Na parte preambular da proposta à 12ª emenda à Constituição, diz-se que Goa, Damão e Diu passaram a ser territórios da União em virtude de aquisição.*»¹

¹ (António Anastásio Bruto da Costa)

1962 – Março.17 (sábado)

Em Nairobi o jornal *The Goan Voice*, editado na capital queniana por imigrantes goeses, noticia que o governo da União Indiana despediu 4 mil funcionários civis e 2 mil auxiliares goeses, que em Goa estiveram ao serviço das Forças Armadas Portuguesas, bem como 500 trabalhadores dos estaleiros navais; ao mesmo tempo 100 empregados do BNU, encerrado pelos invasores, aguardam transferência para Lisboa, enquanto mais de 40 goeses funcionários civis da administração pública, foram retirados dos seus postos e substituídos por indianos estranhos ao território. Há três meses, a população radicada em Goa era de 650 mil pessoas e alguns milhares saíram já daquele território, refugiando-se em três navios estrangeiros (*Confidenza, Sea Raven, Shun Wing*), enquanto outros 16 mil se preparam para abandonar a sua terra natal.

– «*Por razões nunca bem esclarecidas, o processo de repatriamento dos militares ficara paralisado na embaixada do Brasil em Nova Delhi, ocasionando nova intervenção do eng. Jorge Jardim, com completo sucesso. [...] A União Indiana pretendia que os prisioneiros fossem repatriados urgentemente. Portugal impunha como condição a saída simultânea dos indianos que se encontravam nas nossas províncias ultramarinas. E daqui não se saía. No início do mês de Março soube-se [no campo de prisioneiros de Pondá], através do recorte de várias notícias que nos chegaram, que estivera em Goa e se encontrava em Nova Delhi um deputado por Moçambique, eng. Jorge Jardim, encarregue de tratar de assuntos respeitantes ao nosso repatriamento.*»¹

¹ (Morais, pp.304/308)

1962 – Março.19 (2ªfeira)

Em Goa ocorre cerca das 10:00 no *Alfa Detenu's Camp* de Pondá, no *Dia de São José* e quando se completam três meses de cativo, uma segunda tentativa de fuga entre os prisioneiros, protagonizada por três praças portuguesas. No entanto, um furriel do CmdAgr D.João de Castro denuncia ao comando indiano o plano de fuga dos militares, logrando um deles ter escapado por entre a confusão que se gerou, mas os outros são detidos e levados pelos militares indianos para o exterior do campo¹: o 1Cb 51/A Fernando Carvalho Ferreira do CmdAgr Afonso de Albuquerque, e o Sld 72/61 Joaquim M. Godinho da CCac10. Por volta das 18:30 surge o brigadeiro indiano Sagat Singh, cmdt da 50ª Brigada Pára-quedista e comandante-geral dos campos de prisioneiros de Goa, que monta um aparato bélico com intuito de reprimir os prisioneiros que pretendem castigar o furriel delator. A situação volta à normalidade após uma intervenção do padre Joaquim Ferreira da Silva,² capelão militar do campo.

¹ (punidos com 21 dias de trabalhos forçados, em 08Abr62 regressam ao Campo de Pondá); ² (vd revista *Magnificat*, ed. Ago62)

1962 – Março.23

No parlamento de Nova Delhi, o PM Nehru declara a sua intenção de ordenar a transferência dos prisioneiros portugueses em Goa, para território da União Indiana.

– «*Uma notícia da Reuter, de 23 de Março, proveniente de Nova Delhi, referia que o primeiro-ministro indiano Nehru declarou hoje no parlamento que, “se houver qualquer novo atraso no repatriamento dos portugueses feitos prisioneiros durante a invasão de Goa, eles serão transferidos para campos fora do território de Goa”. Respondendo a questões da Câmara dos Deputados, Nehru disse que o governo tinha recebido novas propostas portuguesas para o repatriamento, através da embaixada brasileira em Nova Delhi. “Portugal pretende enviar para a Índia alguns dos indianos que foram internados em Angola e Moçambique, e que os barcos utilizados para esse transporte sirvam para o repatriamento dos prisioneiros portugueses. Mas o regresso dos portugueses prisioneiros e o envio dos indianos detidos em Angola e Moçambique são duas questões inteiramente diferentes e separadas, e não podia haver qualquer razão para as ligar”. Nehru concluiu dizendo que “os portugueses podem partir em qualquer momento, não queremos nada em troca.”*»¹

– «*O dia 23 de Março foi assinalado por outro facto de grande importância e de repercussões excepcionais. Cerca das duas da tarde, encontrava-me na camarata dos civis, em amena conversa, na companhia de meu irmão, quando este [na qualidade de segundo-comandante dos prisioneiros] foi chamado ao comando indiano. Pouco depois o major Morais regressava, com a notícia de que o comando indiano lhe comunicara que o seu governo decidira dar a todos os prisioneiros, militares e civis, a possibilidade de abandonarem o Campo desde que dispusessem de meios para a viagem que os conduzisse para fora do território indiano.*

Nem sequer nos foram impostas quaisquer condições particulares que, ao abrigo da Convenção de Genebra, nos impedissem de aceitar. Era a liberdade pura e simples. Uma das unidades, o ERec2 [cmdt cap. cav Engrácia Antunes], que dispunha de quantia suficiente para fazer face às despesas da viagem de todos os seus elementos até Carachi, estava disposta a aceitar o oferecimento. A posição dos civis não apresentava grandes dúvidas, mas para os militares o problema tomava uma feição totalmente diferente. Existia todo um conjunto de aspectos de ética militar e de subordinação, que não permitia que se tomassem decisões individuais, havendo por conseguinte que aguardar ordens do Governo. A proposta visava igualmente criar uma situação de descrédito ao Governo português e fazer desencadear assim um estado psicológico generalizado, altamente perturbador. A emissora indiana All India Radio, no noticiário desse dia, declarou que a União Indiana ver-se-ia obrigada a transferir os prisioneiros para o interior do território, caso o nosso Governo não desse uma solução rápida ao problema do repatriamento. [...] Havia unidades que tinham conseguido ficar na posse de quantias de certo modo avultadas, mas mesmo essas eram mantidas na clandestinidade, por não ser autorizada pelos indianos a guarda de verbas que não tivessem sido manifestadas.»²

¹ (Morais, pp.308); ² (idem, pp.316-319/322)

1962 – Março.30 (6ªfeira)

Chega a Lisboa o navio *Índia* da CCN, trazendo a bordo civis repatriados e alguns dos militares que ficaram cativos da União Indiana, após esta ter invadido o Estado da Índia Portuguesa.

– «Vários civis começaram a deixar o Campo de Pondá, de regresso a Portugal e no prosseguimento das disposições emanadas pelos indianos. No dia 2 de Abril partiram os eng. Lourival Vilela, Adelino Presas e Hernâni Mourão, os dr. Matias Torres e Ramiro Oliveira, o prof. Luís Azevedo, José Branquinho e José Silva. No dia 3 de Abril, três militares portugueses saíram em liberdade, mas perante os apupos do grupo que presenciou a partida, pois haviam pedido a cidadania indiana: um sargento, o cabo Loximicanta Dadvorcar do Agrupamento Afonso de Albuquerque, e um outro praça. Alguns dias mais tarde, era a vez do eng. Albano Ramos; este prestou excelentes serviços como intérprete e elemento de ligação com o comando indiano.»¹

¹ (Morais, pp.323)

1962 – Abril.13 (6ªfeira)

Em Goa, os prisioneiros portugueses recebem através da rádio a notícia sobre o seu repatriamento.

– «Na tarde do dia 9 de Abril, meu irmão e eu recebemos [no Alfa Detenu's Camp de Pondá], um telegrama de nosso pai [brig. Alexandre de Moraes veterano da Flandres], que, utilizando linguagem convencional, nos comunicou, categoricamente, a data de 2 de Maio como início do repatriamento e bem assim a não passagem por território indiano. [...] A manhã do dia 13 de Abril [em Goa], foi assinalada por enorme alvoroço em consequência da notícia dada, de madrugada pela Emissora Nacional, referindo que os prisioneiros portugueses seriam brevemente repatriados, seguindo para Carachi via Bombaim a fim de embarcarmos no dia 2 de Maio em navios portugueses, que ali se deslocariam para o efeito. Ao meio-dia chegou ao Campo de Pondá o secretário do MNE da União Indiana, que transmitiu oficialmente a notícia através do padre Ferreira da Silva.»¹

¹ (Morais, pp. 326,328)

1962 – Abril.21 (sábado)

Em Goa os prisioneiros portugueses são oficialmente informados, pelos seus captadores indianos, sobre os preparativos para a sua repatriação.

– «Ainda não havia [em Goa] a certeza do trajecto a seguir até Carachi, nem do meio de transporte. Só no dia 21 foram conhecidos esses pormenores através de comunicação transmitida pelo programa "É Portugal que manda". Seguiríamos pois de Dabolim por via aérea directos a Carachi. Ficava posta de parte a hipótese inicial de passagem por Bombaim, o que muito nos agradou não só pela rapidez como por evitar a ida a uma cidade da Índia, o que certamente acarretaria as inerentes humilhações. Foi ainda esclarecido que a ponte-aérea Goa-Carachi seria efectuada por dois aviões fretados a uma companhia estrangeira. O programa comunicou a distribuição das unidades a efectuar pelos três navios, o Vera Cruz, o Pátria e o Moçambique: o primeiro partiria de Carachi no dia 7 de Maio, o segundo a 13 e o último a 15. Do Campo de Pondá foi enviado à Emissora Nacional um telegrama, agradecendo o apoio que nos havia sido prestado por aquela estação de rádio, através do programa "Hora da saudade", que tanto amenizara a amargura do nosso cativo. [...] Nos quatro meses de cativo, foram enviados 1800 telegramas no valor de 110 contos, e gastaram-se 36 contos em medicamentos. [...] Seguiria primeiro o Campo de Div, depois o da Aguada, o de Pondá e, finalmente, o de Alparqueiros.»¹

¹ (Morais, pp.329/332/330)

1962 – Abril.28 (sábado)

De Goa para Lisboa, iniciam-se os procedimentos da operação aérea, destinados à evacuação de civis e familiares de militares portugueses cativos da União Indiana, na qual participam três enfermeiras pára-quadistas.

- «Já perto do fim do mês de Abril, o programa “É Portugal que manda” comunicou [para Goa] a autorização de embarque de 53 adultos e 19 crianças, familiares de militares goeses que se encontravam em situação extremamente difícil. A 28 de Abril partira de Lisboa uma equipa de apoio ao repatriamento dos prisioneiros militares de Goa para a cidade de Carachi, constituída pelo [director dos TAIP] tenente-coronel [piloto-aviador Austen Goodman] Solano de Almeida e pelas alferes enfermeiras pára-quadistas Maria Ivone [Quintino dos] Reis e Maria Zulmira [Pereira] André [acompanhadas pelo jornalista Urbano Carrasco]. A primeira ficou incumbida da delicada missão de retransmitir para o Ministério do Ultramar e Secretaria de Estado da Aeronáutica, e vice-versa, as mensagens codificadas enviadas pelo eng. Jorge Jardim, já presente em Goa; este acompanhou, mais tarde, todo o processo de embarque dos prisioneiros para Carachi, em aviões da companhia aérea francesa UAT. (Depois desta evacuação, a mesma equipa com mais outros elementos – dois delegados da TAP, o major médico António Tander, e as alferes enfermeiras pára-quadistas Maria Arminda [Lopes] Pereira, Maria do Céu [da Cruz] Policarpo e Maria da Nazaré [Mascarenhas e] Andrade –, coordenou a saída dos goeses que quiseram vir para Portugal e dos que desejaram regressar a Goa.)»¹
- «O alferes miliciano Arnaldo Ferreira, natural do Cabo Verde, que inicialmente não aceitou as propostas dos militares indianos para ser libertado e dar ingresso no exército da União Indiana, acabou mais tarde, já em Goa e nas vésperas da repatriação, por aceder ao convite. Foi o único caso de deserção existente a nível de oficiais em todo o território da Índia Portuguesa.»²

¹ (Morais, pp.331); ² (idem, pp.233)

1962 – Maio.2

Em Goa, tem início a ponte-aérea de transporte dos prisioneiros portugueses para Carachi, a fim de ali embarcarem em navios com destino a Lisboa.

- «A repatriação dos prisioneiros portugueses de Goa teve início no dia 2 de Maio de 1962. A partir dessa data, a ponte aérea Goa-Carachi transportou para a capital do Paquistão os portugueses que embarcaram nos navios Vera Cruz, Pátria e Moçambique, ali enviados para os conduzirem a Portugal. [...] Os jornais indianos, no dia 2 de Maio, davam grande relevo aos incidentes ocorridos em Lisboa por motivo do Dia do Operário. A BBC noticiou também a morte de dois manifestantes e de trinta feridos, nas desordens havidas na nossa capital, notícia que mais tarde viemos a saber não se confirmava. Houve sempre nitido o propósito dos indianos nos fazerem chegar [aos campos de prisioneiros em Goa] notícias desta natureza, para delas obterem efeitos políticos, mas nunca o conseguiram. As razões de queixa que nos assistiam contra o nosso Governo constituíam problemas que não pretendíamos resolver com o concurso de estranhos. Não existindo preparação para enfrentar qualquer tipo de actuação no quadro da guerra subversiva e psicológica, os prisioneiros reagiram sempre de forma positiva a todas as tentativas de perturbação a que foram submetidos. Tal se ficou a dever ao facto de existir um arraigado sentimento de patriotismo que, instintivamente, rejeitava qualquer manobra de perversão. [...] No dia 3 de Maio chegou-nos pela rádio a notícia da vitória do Benfica sobre o Real Madrid, por cinco golos a três, conferindo-lhe o título de Campeão da Europa. Foi motivo de grande alegria e de algazarra geral por todo o campo de prisioneiros.»¹
- «Em 2 de Maio, a reboque de uma fragata indiana, o navio Afonso de Albuquerque foi deslocado da bóia em frente do Campo de Alparqueiros para Bombaim, com o nome de Saravastri. Mais tarde foi vendido para a sucata.»²
- «Inesperadamente, após dois dias de realização, foi suspensa a ponte aérea Goa-Carachi. O aeroporto de Dabolim teve de ser encerrado em virtude do aparecimento de uma bomba na pista. Foram chamados técnicos, que vieram de Poona na União Indiana. Finalmente, no dia 6 de Maio pelas sete da manhã, partiram os primeiros prisioneiros [do Alfa Detenu's Camp de Pondá] e de tarde outro grupo se seguiu, num total de cerca de 400 homens. O comandante Pinto da Cruz, o oficial português mais graduado [daquele campo], e bem assim o pessoal da Marinha, num total de 180 homens, seguiram logo no primeiro grupo. No dia 7 de Maio o eng. Jorge Jardim teve uma reunião de mais de uma hora com o general Vassalo e Silva.»³
- «Concluídas as negociações, Jardim, que além de possuir desembaraço e coragem, era homem como sentido de humor, dirigiu-se ao general Vassalo e Silva e declarou-lhe: “É do mais alto interesse para o País, para o Exército e para V. Ex^o, que não volte vivo a Lisboa”. E acto contínuo, ofereceu-lhe uma cápsula de veneno de acção rápida e mortal. Mas o pacífico homólogo dos Almeidas e Albuquerque, não a utilizou.»⁴

¹ (Morais, pp.339/334); ² (idem, pp.192); ³ (ibidem, pp.335); ⁴ (Nogueira Pinto, op.cit pp.415)

1962 – Maio.9

De Goa, é aerotransportado para Carachi o 2º grupo de militares portugueses ex-prisioneiros, a fim de serem embarcados no navio “Pátria” de regresso à Metrópole.

- «A minha partida e a de meu irmão, que por mera coincidência se verificou no mesmo dia e no mesmo grupo, efectuou-se no dia 9 de manhã. Cerca das 09:30 horas chegámos ao campo de transição em Alto Mangor, trajecto feito de camioneta e no ferryboat Agaçaím para atravessar o rio Zuari. Entre os vários pequenos que vieram ao nosso encontro, havia alguns que envergavam ainda as camisas verdes da Mocidade Portuguesa.

Às 15:50 horas, após uma marcha a pé de dois quilómetros desde o Alto Mangor, chegámos ao aeroporto de Dabolim onde se encontravam alguns oficiais indianos do nosso campo e também o eng. Jorge Jardim. De tarde, deixaram Pondá os últimos prisioneiros daquele Campo. Cerca de 1800 homens ali viveram durante cinco meses. O general Vassalo e Silva foi o último militar a ser repatriado. No avião que o transportou de Goa a Carachi seguiu, disfarçada de assistente de bordo da UAT, a alferes enfermeira pára-quadista Ivone Reis, a fim de dar assistência ao general que, de saúde precária, recusara a assistência médica dos indianos. Embarcámos num avião DC6 da companhia francesa UAT, que nos conduziu a Carachi, onde chegámos às 19:05 horas. Pelas vigias do avião olhávamos com tristeza aquela terra que, do coração, era nossa. Foi uma sensação estranha o adeus a Goa. Às 20:30 horas entrei, com o grupo de militares de que fazia parte, a bordo do navio Pátria. O alferes miliciano Câmara Pina era o comandante do pelotão da Polícia Militar do nosso navio, e o general Alexandre Correia Leal chefiava a comissão de recepção e encaminhamento. Os goeses ali ficavam, tão portugueses como nós, vítimas da atitude perversa da União Indiana que, advogando a causa da paz, realizara traiçoeiramente a ocupação militar de Goa, Damão e Diu.»¹

– «Durante os dias 10 e 11 e a manhã do dia 12, o nosso navio manteve-se atracado ao porto de Carachi, onde permanecia ainda o paquete Moçambique, tendo já partido [no dia 8] o Vera Cruz. No dia 12 de Maio, o Pátria deixava Carachi.»⁵

¹ (Morais, pp.335-341); ² (idem)

1962 – Maio.22 (3ªfeira)

Vindo de Carachi, entra no Tejo o navio Vera Cruz com o primeiro grupo de portugueses que estavam cativos em Goa: todos os ex-militares dos Agrupamentos António da Silveira e Constantino de Bragança, bem como os polícias e guardas fiscais que prestavam serviço naqueles distritos de Diu e Damão, e que estiveram detidos desde 23 de Janeiro e 1 de Fevereiro, respectivamente nos campos de Pondá (tendas) e de Alparqueiros.



1962 – Maio.26 (sábado)

Chega a Lisboa o navio Pátria, vindo de Carachi com o 2º grupo de militares, polícias e guardas fiscais que estiveram prisioneiros desde 16 de Janeiro, no Alfa's Detenu Camp de Pondá.

– «No dia 26 de Maio, chegou a Lisboa o navio [Pátria]. Eram 05:00 horas quando o navio chegou em frente ao cais da Rocha Conde de Óbidos. No cais, apenas algumas autoridades e elementos militares aguardavam o nosso desembarque. Quando este se efectuou, a tropa que ali se encontrava permaneceu de armas apontadas para os ex-prisioneiros da Índia. Tal atitude tivera origem no facto de alguns sectores da população haverem projectado uma manifestação contra o Governo, face à conduta deste no Caso da Índia, e nas negociações que se seguiram para repatriamento dos prisioneiros. Os militares de rendição individual, após ligeiras formalidades, seguiram para suas casas. Os restantes tiveram de se deslocar ainda às unidades mobilizadoras e foi-lhes dado assistir, ao longo do percurso de caminho-de-ferro, à vigilância que existia nas estações e apeadeiros, por parte das autoridades policiais, que receavam manifestações contra o Governo.»

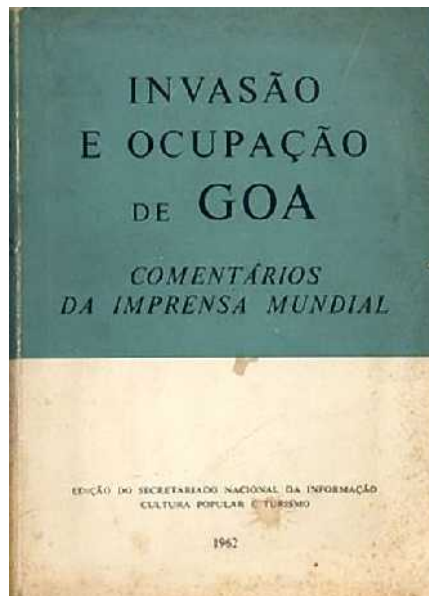
¹ (Morais, pp.341-344)

1962 – Maio.30

No cais fluvial de Alcântara, o navio *Moçambique* desembarca o terceiro e último grupo de militares, polícias e guardas fiscais, que estiveram prisioneiros da União Indiana.

– «Encerrava-se assim, para uns, o último capítulo da amarga experiência vivida em terras da Índia Portuguesa. Mas havia ainda os que, infelizmente, tinham ficado para todo o sempre sepultados naquelas longínquas paragens do Oriente, recordados com profundo respeito e eterna saudade pelos seus companheiros de armas. Para outros, estava ainda reservado longo e tormentoso período de injustiças, de inconformações e até de revolta. Cada militar chamado a declarações ficava numa sala, acompanhado por um coronel nomeado para o efeito. Os oficiais que prestaram declarações no inquérito passaram horas metidos naquele ambiente depressivo, arrasante. Alguns, convocados para as 09:30 horas, só às 23:00 horas regressavam às suas casas. Por vezes, após um dia cruciante no inquérito, alguns oficiais regressavam às localidades onde se encontravam colocados, a centenas de quilómetros da capital, para, poucas horas depois, terem que tomar de novo o comboio a caminho de Lisboa, a fim de serem submetidos a novas diligências. Os militares de maior graduação e portanto, em princípio, com maior responsabilidade, foram todos sujeitos ao mesmo regime. Abriu-se uma excepção exactamente para quem, ali no inquérito, teria muitos aspectos a esclarecer, mas esse elemento nunca foi ouvido. Referimo-nos ao major CEM Allen Gualter Cid Cabral de Matos Correia, que foi em Goa sub-CEM e chefe da Repartição de Operações. Assim se praticou desde o primeiro ao último dia, num constante vaivém de perguntas, que já vinham escritas e com a indicação da ordem com que deviam ser apresentadas, e de respostas também escritas, sem qualquer atitude esclarecedora. Foi esse o clima que se viveu durante os penosos dois meses do inquérito, que foi presidido pelo general David dos Santos e com o brigadeiro Albertino Ferreira Margarido que superintendia o assunto. As licenças disciplinares dos oficiais e sargentos regressados da Índia foram suspensas e manteve-se esse procedimento durante mais de meio ano.»¹

¹ (Morais, pp.341-344)



Epílogo

1974 – Outubro.15

Em Lisboa é publicada no Diário do Governo a Lei 9/74, que «*autoriza o presidente da República a reconhecer a soberania da União Indiana em Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli*»¹. E logo a seguir o ministro dos Negócios Estrangeiros do recente IIIº Governo Provisório da III República, uma vez mais o líder socialista sr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares – que, no final da tarde de amanhã, viaja com o PR provisório e CEMGFA para a sede da ONU –, resolvidas abertamente as entregas da Guiné ao PAIGC e de Moçambique à FRELIMO, e negociadas secretamente as entregas de Cabo Verde também ao PAIGC e de São Tomé e Príncipe ao MLSTP, trata de dar relevo público ao facto consumado de mais uma traição, declarando perante os jornalistas que «*Portugal reconhece a soberania da União Indiana sobre os territórios do Estado da Índia Portuguesa (distritos de Goa, Damão e Diu, e enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli)*».

- «*Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório, Dr. Mário Soares [...] V. Ex.º terá já decidido legalizar um acto criminoso, condenado pelo mundo inteiro como tal, simplesmente porque no dizer de V. Ex.º a amizade da Índia era mais importante para os actuais governantes do que as possessões coloniais. Se o Estado da Índia foi e é uma colónia, seja-me permitido perguntar como pode o governo de V. Ex.º transferir, por cedência pura e simples, essa colónia a uma outra potência, sem auscultar a opinião da respectiva população. No discurso proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas, obrigou-se V. Ex.º, em nome do Governo Português, a dar cabal cumprimento à Carta e às resoluções aprovadas por aquela Organização Mundial, mormente no tocante à “descolonização”. V. Ex.º, que certamente falava com pleno conhecimento de causa, não ignora que os preceitos formulados adoptados por aquela Organização e a serem cumpridos com respeito aos territórios sem autogoverno, ou colónias, abrangem, igualmente, o Estado da Índia Portuguesa. [...] De resto, foi a própria União Indiana que invocou esses princípios que, acentuava em termos insofismáveis, eram aplicáveis ao caso do Estado da Índia Portuguesa. Mas... foi isto antes de cometer a agressão. [...] Tendo a União Indiana cometido um acto criminoso, reconhecido como tal universalmente, e integrado unilateralmente um território sob a soberania doutra potência, quer agora servir-se de V. Ex.º como instrumento para imprimir foros de legalidade a esse acto, e V. Ex.º, satisfazendo-lhe a vontade, irá colocar a Nação numa situação desprestigiante e humilhante, sacrificando os direitos de um povo, mesmo que pouco numeroso, no altar duma amizade de valor duvidoso, obrigando-o a viver sob a tutela doutro colonialismo, menos afim à sua índole e conformação moral e mental. Até hoje, passados doze longos anos, os visitantes estrangeiros que entram em Goa com curta estadia são unânimes em opinar que atravessam, em relação à Índia, não só uma fronteira geográfica mas ainda uma fronteira política, atenta a personalidade distinta da sua população, que é uma síntese do Ocidente e do Oriente – consequência da vida vivida em comum com Portugal. E o Governo que V. Ex.º decidiu aliená-la no mercado de escravos com fundamento do restabelecimento de laços de amizade com o usurpador. Que ironia do destino, que um País que constituiu a guarda avançada na campanha de abolição da escravatura, volte, passado mais de um século, a praticar uma nova modalidade de escravatura, não menos condenável, substituindo um colonialismo por outro! Não deve V. Ex.º admirar-se, por isso, que o acto que o Governo português projecta cometer revolte e encha de justa indignação todo o Goês que preza a sua qualidade de homem livre, mormente porque um Governo democrático [!?] decide transferir um território nacional, com a respectiva população, a uma potência estrangeira, sem o expresso consentimento daquela.»²*
- «*Não esqueçamos que Portugal e a União Indiana, em 24 de Setembro de 74, haviam já estabelecido relações diplomáticas. E que [menos de] um mês depois, Portugal concluiu um acordo com a mesma União Indiana, através do qual se reconhecia a plena soberania deste país sobre os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli.»³*
- «*Houvera já tudo isso por minha iniciativa, de resto, aprovada pelo Governo Provisório. [...] As nossas relações diplomáticas com a Índia estavam cortadas desde os acontecimentos [!?] de Goa. [...] Sentí mágoa pelos estragos que fez a ditadura de Salazar [!?] nesse imenso capital de simpatia que os portugueses semearam pelo mundo. [...] Dei comigo, mais de uma vez, a pensar na insensibilidade [!?] de Salazar em relação ao fenómeno magnífico do cruzamento de culturas a que a acção civilizadora de Portugal dera lugar.»⁴*
- «*O tratado assinado em 1974 pelos MNE, de Portugal dr. Mário Soares, e da Índia, não tem validade, uma vez que foram ofendidos princípios fundamentais do direito internacional.»⁵*
- «*A ocupação militar indiana não foi reconhecida ‘de jure’, pelo que o conflito não desapareceu e não tinha terminado. Só terminou, infelizmente, quando o dr. Mário Soares, sendo MNE, em 1974 durante a XXIX Sessão da Assembleia Geral da ONU, e sem estar mandatado para o efeito, resolveu comprometer-se com o seu “colega” indiano ao reconhecimento ‘de jure’ da miserável agressão do Pandita Nehru. O que foi ratificado pelo [IV] governo [provisório] português no ano seguinte.»⁶*
- «*Na ânsia de ser bem recebido nos grandes aerópagos internacionais e de permitir ao Vaticano eleger um arcebispo para Goa, Mário Soares reconhece a anexação da Índia Portuguesa e vai deixando bocados de Portugal em cada uma das suas viagens diplomáticas. Em troca da diocese de Goa, secretamente, o Vaticano consentiu em rever a Concordata no articulado [XXIV] respeitante à indissolubilidade dos casamentos canónicos: tu dás Goa, eu dou-te o divórcio... com a graça de Deus, evidentemente. De Angola e Moçambique, a maior parte dos senhores bispos missionários fugiam espavoridos.»⁷*

– «Assim, num crescente acumular de trágicos erros cometidos a todos os níveis da administração central e de graves deficiências das instâncias militares superiores, do governo do Estado da Índia e do comando local, se encerrou tristemente o ciclo glorioso da presença de Portugal em terras indostânicas, a que nos ligavam factos e valores espirituais de que muito legitimamente nos orgulhávamos. Tristemente, porque o seu termo, sem glória para os vencedores, foi assinalado pelo amargo da derrota para os vencidos e pela perda irremediável da independência dos territórios de Goa, Damão e Diu, a que as populações tinham pleno direito.»⁸

¹ (publicada no DG.240 desta data, para evidentes intuítos de propaganda externa, nomeadamente junto da ONU e do Vaticano; no entanto, a citada Lei só em 03Jun75 veio a ser ratificada);

² (António Anastásio Bruto da Costa);

³ (Maria João Avillez, in "Soares - Ditadura e Revolução"; pp.382);

⁴ (Soares, idem pp.382,383);

⁵ (Inocêncio Galvão Teles, desde 22Dez55 advogado de Portugal no Tribunal da Haia para o "Caso de Goa", e MEN em 04Dez62-19Ag68; in semanário "O Diabo", 18Fev92);

⁶ (Brandão Ferreira, in "A Guerra no Ultramar 1961-1974 – Réplica"; 08Mai2012);

⁷ (Manuel Maria Múrias, in "De Salazar a Costa Gomes", pp.311);

⁸ (Morais, pp.361)